

E mais tarde do que você pensa, irmão.

Com. Brasil

Para evitar a disseminação, entre os agentes econômicos, da sensação de que começa a perder a luta contra a inflação, o governo volta a lançar mão do controle de preços. Embora haja, entre o empresariado, quem tenha praticado aumentos abusivos, a decisão representa um retrocesso. Instrumento que conquistou grande apoio popular nos primeiros choques heterodoxos, o controle de preços, por sua reconhecida ineficácia na luta antiinflacionária, hoje só consegue aumentar a desconfiança quanto às reais intenções do governo.

Em recente entrevista à Imprensa, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, disse não ver razões objetivas para o crescente temor da população com relação à inflação. Do desempenho da economia, dizia Gros, não poderia vir o gás que alimenta a inflação, pois as vendas do comércio crescem pouco, a indústria continua a trabalhar com grande capacidade ociosa e o maior consumo de combustível no mês passado deveu-se apenas às viagens de férias. Esse temor só se explicaria, então, pelas expectativas negativas.

Essas expectativas, no entanto, não têm geração espontânea. Elas se vão formando à medida que os agentes econômicos percebem as dificuldades cada vez maiores que o governo enfrenta na luta antiinflacionária. O primeiro sinal dessas dificuldades está na admissão, pelo próprio governo, de que neste ano será muito difícil evitar um déficit público equivalente a pelo menos 2% do PIB.

Pesam também os problemas que surgirão nas próximas semanas. Embora o governo esteja criando uma poupança especial na qual espera abrigar a maior parte dos cruzados a serem liberados a partir do dia 15, ninguém duvida de que um pedaço desse bolo irá para o consumo. É mais dinheiro que entra em circulação num mercado bastante líquido. No final de junho, o total de ativos financeiros (que inclui o papel-moeda em po-

der do público, os depósitos à vista e as diversas aplicações nas instituições financeiras) representava 13,3% do PIB, o nível mais alto desde março de 1990.

Ao longo deste mês, o governo terá de travar com o Congresso uma dura batalha para definir a nova política salarial. O Executivo vai admitir correção automática apenas para o salário mínimo, deixando a definição dos demais à livre negociação. A aceleração da inflação, no entanto, poderá levar o Congresso a aprovar uma indexação mais ampla, com as consequências conhecidas.

Do lado fiscal, o governo terá mais gastos com os reajustes dos vencimentos dos servidores. Calcula-se que, em decorrência dos acordos feitos no Congresso para aprovar esses reajustes, o governo terá gastos adicionais de 55% com sua folha de pessoal, que passará de Cr\$ 373 bilhões para Cr\$ 578 bilhões. Haverá também aumento de despesas em decorrência da correção dos valores das aposentadorias pagas pela Previdência. Não há, na coluna das receitas, nenhuma fonte visível que possa cobrir de imediato esse aumento de despesas.

Além de empregar uma linguagem ameaçadora contra o empresariado, o governo pretende seguir o caminho do aperto para enfrentar os problemas que surgirão. Isso quer dizer enxugar o dinheiro em circulação, limitar o crédito ao consumo e aumentar a arrecadação onde isso for possível.

São medidas paliativas que, se funcionarem, poderão conter temporária e precariamente a alta dos preços. Mas, para que a inflação seja definitivamente controlada, é imperativa a ampla reforma fiscal e tributária que o governo anunciou com inexplicável discrição. Quanto a isso, estamos todos de acordo. Não há tempo a perder.

Como dizem os soldados do Exército da Salvação que cuidam de salvar almas, "é mais tarde do que você pensa, irmão" (Fernando).